

**ATA 028/2020**  
Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente, via Whatsapp, o Comitê de Investimentos do RPPS/SJ, composto nesta data pelos membros Gladis Regina Madeira Tavares, Maria da Conceição dos Santos Chaves e Tiago Oliveira dos Santos, a presidente do CMP, Sra. Ana Beatriz Ferreira Garcia, como ouvinte, e o Gestor de Investimentos, Bruno Cristiano Coletto Montemaggiore. As pautas discutidas na presente reunião foram: breve análise de cenário político e econômico brasileiro e internacional; repassado os resultados do fechamento de rentabilidade do RPPS em novembro; análise de índices e dos indexadores que estão aplicados os recursos do RPPS, e, por fim, traçar as diretrizes dos investimentos e desinvestimentos até a próxima reunião. Com atraso recorde, o Congresso aprovou o texto base da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021. Na Câmara, a aprovação foi por 444 votos a 10. No Senado, a votação foi simbólica, sem contagem de votos, em sessão que demorou menos de 15 minutos. A votação, é bom lembrar, aconteceu mesmo sem ser discutida na Comissão Mista de Orçamentos (CMO) – a primeira vez em 21 anos. Isso só aconteceu outras duas vezes desde a Constituição de 1988, em 1992 e 1999. O Orçamento em si será votado apenas em 2021, segundo o presidente da Câmara Rodrigo Maia. Porém, algo aguardado por especialistas deve ser feito na semana que vem: a reforma tributária. Na verdade, o início da reforma. Maia disse ser favorável de se fazer uma votação da proposta do governo sobre a reforma, que prevê a unificação somente do PIS e Confins. A reforma mais robusta, em que seriam abarcados impostos estaduais e municipais, deve ficar só para o ano que vem. O Ministério da Economia faz campanha para que elas saiam. Só assim, diz a pasta, os juros vão continuar baixos. O que ajudaria na recuperação do PIB. Segundo a Secretaria de Política Econômica, a redução de cada ponto porcentual na taxa de juros real (descontada a inflação), proporciona aumento do investimento em cerca de 2,3% nos 12 meses seguintes. Inclusive, o ministro da Economia, Paulo Guedes, está confiante de que o Brasil será o país que mais receberá investimentos privados em 2021. Guedes fez a afirmação durante o lançamento do relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Brasil, nesta quarta-feira. Na ocasião, o diretor do departamento de economia da organização, Álvaro Pereira, disse que a entrada do Brasil no bloco, conhecido como 'clube dos países ricos', é uma questão de tempo. Por agora, a OCDE sugere que o país combine o FGTS e o seguro-desemprego num benefício único, o que ajudaria a reduzir a desigualdade. Enquanto isso, o Ibovespa chegou a superar os 118 mil pontos pela primeira vez desde janeiro. Com a votação do Orçamento na pauta e a promessa do Fed de continuar injetando dinheiro para combater a recessão, a bolsa fechou em alta de 1,47%, aos 117.857 pontos. O dólar, por sua vez, subiu a R\$ 5,10. O real, aliás, lidera ganhos entre moedas emergentes com a desvalorização recente do dólar. No entanto, o futuro é incerto. No âmbito do RPPS, no mês de novembro de 2020 encerramos com um PL de R\$59.055.740,85 e uma rentabilidade bruta de R\$492.519,20 na carteira de ativos que é composto o RPPS de São Jerônimo.

Os indexadores onde estão aportados os recursos do RPPS, temos até a data de 16/12/2020, os acumulados em novembro: IMA-B (3,414%), IRF-M1 (0,187%), CDI (1,142%) e IDKA 2A (0,946%). Quanto à dinâmica de movimentação dos novos investimentos e dos desinvestimentos para pagamentos de folha de pagamento dos Inativos e Pensionistas, sugiro a manutenção do decidido nas últimas reuniões ordinárias: que os novos investimentos sejam feitos no **CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP** e os desinvestimentos no **Caixa FI Brasil DI Longo Prazo**, visto que o primeiro apresenta além de uma rentabilidade mais atrativa, certa estabilidade positiva de rentabilidade, e o segundo um rendimento muito baixo, porém estável, e, nada mais havendo a discutir todos concordam com o exposto na presente, sendo a reunião encerrada e a ata assinada pelo gestor e os demais presentes.